

■ Para introduzir “Otimismo da Razão”, de Perry Anderson¹

.....**Antonio Negri**

junho de 2008

Por que este texto é importante? Atenção, nós não intervimos sobre aquilo que o texto diz, mas sobre o seu significado. Então, por que é importante? Porque com este artigo (do qual está publicada aqui somente a quarta parte, que vale como conclusão) o diretor da *New Left Review* tenta reorientar para o futuro o debate da revista e assumir – rompendo com o passado – o tecido biopolítico global como base para todas as próximas tematizações do trabalho crítico da revista. Trata-se, então, de construir um efetivo espaço cultural pós-socialista a partir de agora, aceitando todas as implicações das determinações “pós” e “globais”. A *New Left Review* ainda não as tinha aceitado e nunca se mexera sobre um terreno de refundação. Mesmo para a crítica, mantivera-se mais sobre o terreno que é tradicional para o socialismo europeu: sindicalismo e terceiro-mundismo, análise e crítica do capitalismo industrial e do Estado-nação.

Com este editorial a revista finalmente parece mudar o rumo e aceitar mover-se sobre o terreno extremamente arriscado, mas o único real, das novas configurações biopolíticas globais do capitalismo atual. O Império torna-se o seu objeto. Rende-se aqui, conseqüentemente, uma homenagem aos teóricos *no-global* ou *new-global*. São lembradas as posições polêmicas que a própria revista (e outros autores fundamentalmente ligados a ela e/ou à *London Review of Books*) vinha desenvolvendo em relação ao pensamento e à crítica no-global: mas agora, estas polêmicas são consideradas ultrapassadas e em todo caso, o debate será eventualmente reaberto e desenvolvido dentro do quadro definido pela abordagem neo-global.

O próprio título do editorial é, deste ponto de vista, significativo: “Otimismo da Razão”. Esta é uma inversão do slogan gramsciano “pessimismo da razão/otimismo da vontade”. Acabou-se aquela época e aquele pensamento, acabou o conceito de “hegemonia” (reduzido a critério sociológico) e o de “guerra

1 Para introduzir *Optimism of the Intelligence*, editorial de Perry Anderson para a *New Left Review*, número 48, novembro-dezembro de 2007. Tradução de Desiree Tibola e Paulo Fernando dos Santos Machado do coletivo de tradução ATTRAVERSO.

de posição” (metáfora de compromisso), o reformismo cotidiano e a superstição da “tomada do palácio de inverno”. Otimismo da razão significa, ao contrário, assumir o tempo presente como maturidade de uma condição forte para a modificação revolucionária do sistema político e do sistema produtivo. E tudo isto a partir da consciência de que o limiar da transformação ontológica do proletariado (do trabalho multitudinário, da estrutura do desejo, da figura da comunicação) foi atravessado – pode-se mover através de novas máquinas de produção de subjetividade e sobre um projeto forte de novas formas de vida. Otimismo da razão: repercute aqui o *sapere aude* kantiano e foucaultiano.

Não é por acaso que os pontos sobre os quais ultimamente se desenvolveu a discussão, principalmente em âmbito anglo-saxão (mas também entre os cultores asiáticos e latino-americanos da crítica do império e da genealogia das multidões) tenham sido os seguintes:

- 1) A retomada do debate sobre o Iluminismo radical e progressivo. Ou seja, tratou-se de uma discussão sobre alternativas internas à construção e à definição da modernidade. Falando em termos mais elementares, tratou-se do reconhecimento histórico e filosófico da existência de uma alternativa interna ao desenvolvimento das Luzes, de modo que – reconhece-se – a acumulação originária capitalista começou a ser contestada, resistida desde o início. Esta alternativa – em termos teóricos – diz respeito à definição do “capital fixo” (até que ponto o trabalhador e/ou o intelectual possuem uma parte dele? Até que ponto a impossibilidade de desenvolver riqueza sem a exploração do trabalhador não é forçada a mostrar o trabalhador como potência não somente essencial para a produção, mas também não eliminável, de qualquer modo resistente na relação capitalista e política-soberana? Enfim, existem “monstruosidades” positivas que desde o princípio agem dentro da modernidade: são a resistência dos sujeitos colonizados, as rebeliões do proletariado rural e do proletariado urbano dos centros metropolitanos, etc. O Iluminismo radical baseia-se neste conteúdo ético e crítico).
- 2) A afirmação de um pós-colonialismo revolucionário, multitudinário, que liquida com todo e qualquer naturalismo (em especial com todo naturalismo “indigenista”). Trata-se, aqui, de uma discussão que atravessou os estudos pós-coloniais de maneira importantíssima: a reconquista de um tecido biopolítico para as populações colonizadas frequentemente passou pelo reconhecimento inicial de uma base natural irredutível, de uma origem estabelecida. Mas, somente quando este reconhecimento das origens

(e das tradições e das continuidades culturais) abre-se sobre a descontinuidade, pois bem, é somente então que o pós-colonialismo começa a reconhecer-se como potência política. Fanon, neste caso, ensina. Não se trata de negar a consistência histórica e física das populações, mas de insistir essencialmente sobre os processos de resistência que modificaram-na através das lutas, no longo período da nova constituição política dos sujeitos revoltosos e libertados.

- 3) A construção de um novo conceito de “comum”, que se afirma de maneira nova dentro das relações de força reais e que não se reduz em nenhum caso a um acúmulo de tradições e/ou a uma recuperação de bens naturais. As “políticas do êxodo”, que hoje se tornaram centrais também nos países de capitalismo desenvolvido, encontram uma prefiguração nos processos de luta alternativa ao desenvolvimento capitalista nos países centrais e na dura história das multidões coloniais. Não se trata, então, apenas de construir um comum de bens físicos pré-constituídos; trata-se de construir continuamente e de renovar um comum intersubjetivo que é reconhecimento e prática de uma produção multitudinária de linguagens, de formas de vida, de liberdade e de riqueza.

As obras a que se refere Perry Anderson estão todas atentas à construção desses três elementos: alternativas radicais no Iluminismo, recusa de todo e qualquer naturalismo e construção biopolítica de uma nova sociedade, êxodo revolucionário das relações de produção e de soberania existentes. (Dizem-me que estes três pontos não estão totalmente claros, ditos desta maneira. Digamo-los então de outra maneira: 1. O comunismo não é a realização das modernidades; 2. O proletariado tornou-se multidão; 3. O Estado-nação terminou e a revolução mundial está em curso). Concordamos que é necessário um certo otimismo da razão para se reconhecer neste caminho e reconhecer que esta via é praticável. Todavia, parece que a tristeza e a miséria de todas as concepções da história como *kathēcon* necessário, o “spenglerismo” burguês e o catastrofismo das diversas versões tardo-socialistas foram finalmente banidas da discussão intelectual e da reflexão sobre as práticas das novas gerações. O pensamento constituinte é levado ao centro da análise teórica, cada vez que esta se move e a diferença vence a repetição.

O artigo de Perry Anderson mostra que em torno da emergência do pensamento constituinte e da convicção da necessidade do “êxodo” podem ser construídas alianças importantes. O pensamento do êxodo começa a se apresentar como plataforma de alternativas radicais ao sistema constitucional e político, ideológico e administrativo dos regimes neoliberais: trabalhamos sobre este terreno. O êxodo

pode ser introduzido em termos teóricos e em termos institucionais como temática central na discussão política e na ação reivindicativa e antagonista: praticamos este campo. É divertido ver que, a quarenta anos de distância de 1968, uma revista respeitável como a *New Left Review* e um grupo de intelectuais, que certamente representam na cena midiática (como também o fez o *Le Monde Diplomatique*) o melhor da resistência aos processos neoliberais de reconfiguração soberana do espaço global, acordam. Deve-se reconhecer que muitas vezes cochilaram e se entristeceram no sentimento da derrota, que hoje, todavia, voltem a raciocinar com uma justa consideração da extrema vontade de ruptura e de renovação das multidões proletárias. Viva!

P.S. O elemento desencadeador desta reflexão no interior da *New Left Review* é muito menos teórico, me parece, de quanto estamos exaltando nesta introdução. Na realidade os nossos bons intelectuais atlânticos estão, por exemplo, dando-se conta do quão grande seja a China, não mais aquela de Mao que adoravam, mas aquela da fábrica mundial, do mercado de um bilhão de consumidores e aquela dos “fundos nacionais de investimentos” que os estão (como acontece com qualquer pessoa razoável) aterrorizando. Paradoxos da história das ideias: aquilo que as classes operárias ocidentais não foram capazes de fazer (fazer com que eles entendessem que são as lutas que movimentam globalmente a história) os novos capitalistas chineses conseguem. Mas tudo vai bem, disse Candide, mesmo aquilo que termina mal.

-o0o-

Otimismo da razão?²

Perry Anderson

Pelo menos quatro leituras dos tempos alternativas entre si – e poderia haver mais – oferecem diagnósticos sobre as direções em que o mundo está se mexendo, e são fundamentalmente otimistas. Três delas remontam ao período que vai do início à metade dos anos noventa, mas foram mais desenvolvidas depois do dia 11 de Setembro. A mais famosa é, sem dúvida, a perspectiva que se pode

2 Parte IV do artigo de Perry Anderson *Optimism of the intelligence*, editorial da *New Left Review*, número 48, novembro-dezembro de 2007.

encontrar em *Império* de Negri e Hardt, ao qual as outras três fazem referência de modo, ao mesmo tempo, positivo e crítico. *Faces of nationalism* e o iminente *Global Nations* de Tom Nairn fixam uma segunda perspectiva, enquanto uma terceira é constituída por *O longo século XX* e por *Adam Smith em Pequim* de Giovanni Arrighi. Os recentes ensaios de Malcom Bull, que culminaram em *States of failure*, propõem uma quarta. Qualquer reflexão sobre o período atual deve obrigatoriamente levar a sério leituras que, superficialmente, poderiam parecer contra-intuitivas dos tempos.

1. A tese de Tom Nairn diz mais ou menos isto: o *Marx-ismo* foi sempre baseado em uma distorção do pensamento do próprio Marx, que se formara nas lutas democráticas da Renânia por volta de 1840. Portanto, enquanto Marx afirmava que o socialismo teria sido possível no longo período, somente quando o capitalismo tivesse terminado a sua obra de criar um mercado mundial, a impaciência tanto das massas como dos intelectuais levou aos fatais atalhos tomados por Lênin e Mao, substituindo a democracia e o crescimento econômico pelo poder estatal. O resultado foi um desvio do rio da história do mundo em direção aos pântanos de uma idade média moderna. Mas o colapso do comunismo soviético em 1989 permitiu que este rio fluísse novamente em direção a seu delta natural – a globalização contemporânea. Porque o significado profundo da globalização é a generalização da democracia ao redor do mundo, realizando em última instância os sonhos de 1848, quebrados durante a vida de Marx. O próprio Marx, todavia, cometeu um erro crucial ao pensar que a classe, na forma do proletariado, teria sido a portadora da emancipação da história. De fato, como já havia mostrado o exemplo europeu em 1848 e como o inteiro século XX teria depois confirmado, as nações, e não as classes, tornaram-se as forças motrizes da história e as portadoras das revoluções democráticas pelas quais ele havia combatido.

Entretanto, assim como o *Marx-ismo* teria levado à construção de uma falsa democracia, da mesma forma, a nacionalidade também foi a seu tempo confiscada pelo nacional-*ismo* – ou seja, pelas grandes potências imperialistas – no período após a guerra civil americana e a guerra franco-prussiana. Na segunda metade do século XX, porém, a descolonização do Terceiro Mundo e a descomunização do Segundo permitem, potencialmente, às nações sem nacionalismo formarem o seu próprio – o único quadro possível para “a generalização e o aprofundamento da democracia como precondição de qualquer forma social, o oceano aberto em frente pode tornar possível”. Depois do dia 11 de Setembro, um renovado nacionalismo Americano enquanto grande potência e a economania neoli-

beral derrotaram temporariamente o impulso progressista da globalização. Mas isso não nos levará a nenhuma uniformidade de mercado. A sua lógica mais profunda prevê, pelo contrário, para ser humanamente sustentável, uma diversidade de nações democráticas, como uma necessidade antropológica – em detrimento de uma perda de limites incompatível com qualquer tipo de identidade. Nenhuma homogeneidade cultural ou social nos espera no suposto fim da história. “Estamos ainda no meio das corredeiras da modernidade”.

2. Hardt e Negri concordam que a globalização seja essencialmente um processo de emancipação, mas chegam a um veredicto diametralmente oposto sobre o papel das nações no interior dela. A história deles começa muito antes, no século XVI, quando o espírito libertador do Renascimento foi esmagado por uma contra-revolução Barroca que fez do absolutismo a forma que deu origem à soberania moderna. Herdada essencialmente inalterada pelos Estados-nação da época industrial, é a superação desta herança com a dissolução dos próprios Estados-nação em um único e uniforme “Império” que marca o nascimento de uma nova era de liberdade e de igualdade. O ponto de mutação, neste caso, não é identificado com a queda do comunismo em 1989 – que é somente citada – mas com a década de 1968-1978, quando a vitória antiimperialista no Vietnã e as revoltas de trabalhadores, desempregados e estudantes no Ocidente forçaram uma reconfiguração do capitalismo na sua forma contemporânea universal. Com o advento do Império universal, também as classes – assim como as nações – desapareceram, já que o capital gera o trabalho sempre mais “imaterial” de uma única, e não menos universal, multidão. Os dias da libertação nacional, da classe operária, das vanguardas revolucionárias, acabaram. Mas, assim como o Império foi criado pela resistência desde baixo, do mesmo modo cairá por obra de tal resistência, já que redes espontâneas que se opõem a ele proliferam em todo o mundo. Da espiral de ações desta multidão – manifestações, migrações e insurreições – guiadas por um desejo biopolítico comum de paz e democracia, florescerá um mundo pós-liberal, pós-socialista. Sem as mistificações de soberania ou representação, pela primeira vez todos governarão em liberdade e igualdade. Poderia acontecer a qualquer momento. “O tempo atual está dividido entre um presente que já está morto e um futuro que está já vivendo – e o abismo escancarado entre eles ficou enorme. No momento certo, um evento nos impelirá como uma flecha na direção daquele futuro vivo”.

3. O relato de Arrighi também inicia no Renascimento, ainda que com a ascensão dos banqueiros genoveses no século XIV, mais do que com o Absolutismo Espa-

nhol do século XVI. A sua forma é cíclica. A expansão capitalista é sempre inicialmente material – um investimento na produção de mercadorias e a conquista dos mercados. Porém, quando a concorrência exagerada leva à diminuição dos lucros, tem-se um desvio na direção da expansão financeira – investimentos em especulações e intermediações – como meio de fuga. Quando, por sua vez, este também esgota o seu impulso, segue-se um “tempo de caos sistêmico”, no qual os capitais territoriais rivais combatem até a morte, através dos respectivos estados, nos campos de batalha militares. No final destas guerras, o estado que emerge vitorioso estabelece uma hegemonia sistêmica que permite recomeçar um novo ciclo de expansão. Tal hegemonia compreende tipicamente um novo modelo de produção, que combina capitalismo e territorialismo de maneiras sem precedentes, capaz de persuadir todos os outros estados de que o poder hegemônico é a “força motriz de uma expansão geral do poder de todas as classes dominantes sobre seus subordinados”, que dá confiança a um bloco social mais amplo. Da guerra dos Trinta Anos se desenvolveu a hegemonia holandesa (finança global mais monopólio do comércio); das guerras napoleônicas, a hegemonia britânica (finança global, domínio da livre troca, primeiros sistemas de fábrica); das duas guerras mundiais, a hegemonia americana (finança global, livre troca e as corporações industriais). E hoje? Como Hardt e Negri, Arrighi vê nas revoltas antiimperialistas e operárias dos anos sessenta e setenta o ponto de mutação moderno que acabou com o ciclo de expansão material pós-bélica e forçou o capitalismo a uma *fuite en avant* da expansão financeira. Este ciclo está por sua vez se exaurindo, agora que a hegemonia americana entra em crise mortal no Iraque.

E depois? A força de trabalho mundial está estavelmente ganhando forças, mas o grande desenvolvimento é a ascensão do Leste Asiático. Nos primeiros anos noventa, focando-se no Japão, Arrighi considerava que podiam existir três futuros para a humanidade: um império mundial – uma reafirmação final do controle imperial dos Estados Unidos sobre o mundo; uma sociedade de mercado mundial, na qual uma Ásia Oriental guiada pelo Japão teria a tal ponto contrabalançado os Estados Unidos, que nenhum único estado estaria em seguida em condições de exercer hegemonia; ou uma queda em um estado de guerra generalizado, com um período terminal de caos sistêmico capaz de destruir o planeta. Uma década mais tarde, seguindo a ascensão cada vez maior da China, o autor eliminou o primeiro cenário, deixando apenas o desejável segundo e – mas em medida cada vez menor – o catastrófico terceiro. A emergência de uma sociedade de mercado mundial, predita muito tempo atrás por Adam Smith, significaria o fim do capitalismo, já que a relação entre o estado e a finança, que nasce da riva-

lidade entre estados que a define, desapareceria; e significaria também a chegada daquele nivelamento das riquezas entre os povos da terra, por muito tempo aguardado, que ele preconizava.

4. A história de Bull, ao contrário, inicia no século XVII, com as primeiras indicações de uma involuntária inteligência coletiva, como algo diferente de uma vontade coletiva consciente, no pensamento político de Spinoza. Passando por Mandeville diretamente a Smith, como a mão invisível do mercado, e a Stewart, como a origem natural do governo, esta tradição no fim deu corpo à teoria geral da ordem espontânea de Hayek – talvez a mais potente de todas as legitimações do capitalismo. Hoje ela reemergiu na “inteligência do enxame” da multidão de Hardt e Negri, contraposta ao estado que, a partir de Rousseau, aparentemente encarna a soberania popular. Todavia, a dicotomia a qual Hardt e Negri voltam é, efetivamente, uma expressão do impasse do agir contemporâneo, que se encontra em um beco sem saída entre a pressão do mercado globalizante e as reações populistas de defesa dele.

Bull sugere que, em seu tempo, Hegel ofereceu uma resolução para esta antinomia. Enquanto a *Filosofia do direito* constrói uma passagem da inteligência espontânea da sociedade civil – o mercado assim como teorizado pela economia política escocesa – para a vontade disciplinada de um estado liberal. Desmantelada no início do século XX por adversários tanto de direita quanto de esquerda, esta é a herança cuja metamorfose se faz necessária. Já que o que aconteceu neste íterim foi a desintegração do estado global, cujas congruentes encarnações foram os impérios europeu, soviético e americano: primeiro a descolonização, depois a descomunicação e agora, visivelmente, o declínio da hegemonia americana. Isso significa, então, a incontrolável liberação de uma sociedade de mercado global: a inteligência coletiva privada de qualquer vontade coletiva? Não necessariamente. A entropia do estado global poderia liberar, ao contrário, estruturas dissipativas capazes de inverter a fórmula hegeliana: não subsumindo a sociedade civil no estado, mas – na direção oposta – reconstituindo a sociedade civil sobre uma base potencialmente não de mercado, em seguida à dissolução do estado, assim como um tempo haviam imaginado Marx e Gramsci.

5. Estas construções formam uma série de realizações imaginativas, que procuram olhar para além dos principais epifenômenos do período, seguindo uma lógica de longo prazo das mudanças histórico-mundiais que estamos vivendo. Por mais remotos da pátina dos eventos atuais que um ou o outro destes possam parecer, cada um pode indicar traços empíricos salientes do período como prova para o próprio

caso. A democracia representativa difundiu-se no mundo a partir do final dos anos oitenta, do Leste Europeu à Ásia Oriental e à África do Sul, sem evidentes interrupções ou reviravoltas; desta forma, nasceram novos Estados-nação do Cáucaso até o Pacífico, e não foi inventada nenhuma nova forma de democracia que os superem. Redes populares uniram-se (aliaram-se) sem uma direção central em Seattle ou em Gênova. As cotas americanas de comércio e de exportações mundiais estão em declínio. A China – e o Leste Asiático em geral – provavelmente tornar-se-ão o baricêntrico da economia global dentro de poucas décadas. As reações populistas foram, pelo menos até agora, a principal resposta à expansão do mercado globalizante.

6. De um ponto de vista intelectual, todas as quatro versões tomam como pontos de partida pensadores que viveram antes da emergência do socialismo moderno: Spinoza para Negri, Smith para Arrighi, Hegel para Bull e Marx antes de Marx (o jovem democrático renano antes da escrita do Manifesto) para Nairn. Todos têm um antecedente italiano, mas ao mesmo tempo todos poderiam em certa medida afirmar com Negri: “Lavei minhas roupas no Sena”. Isto é mais evidente no caso de Negri e Hardt, cujo vocabulário, na maior parte – o Império plano; o nômade; o biopoder – derivam diretamente de Deleuze e Foucault. Mas vale, da mesma forma, para Arrighi, cuja visão do capitalismo depende de modo fundamental de Braudel. Para Nairn, foi Emmanuel Todd que lançou de maneira mais ousada, ainda que de certa forma também mais louca, as premissas antropológicas da modernidade. O último pensador citado por Bull, e do ponto de vista do raciocínio mais próximo de suas conclusões, é Sartre. Do ponto de vista político, todas as quatro versões concordam em dizer que a globalização deve ser aceita e que já nos trouxe os primeiros ou os últimos suspiros da hegemonia americana.

7. A principal linha de divisão entre as diferentes versões deve ser procurada ao longo do eixo do estado. Para Hardt e Negri, Arrighi e Bull, é com a extinção do estado – nacional em primeiro lugar; hegemônico, em segundo; e global, em terceiro – que se acaba o processo de desaparecimento do capital. Para Nairn, é o contrário: somente a plena emancipação do Estado-nação pode universalizar a democracia e assegurar a diversidade cultural necessária para a invenção de novas formas sociais, ainda a serem imaginadas, para além da ordem neoliberal.

As perguntas que deveriam ser feitas a cada uma destas construções são relativamente claras. Nairn: a democracia poderia estender-se por todo o mundo, mas será que se isso acontecer ela não se tornaria cada vez mais sutil, não por acaso, mas como condição própria desta extensão? Nasceram novos estados

nacionais, mas quase todos os recém chegados são fracos ou marginalizados. Os limites de qualquer tipo podem ser um *a priori* antropológico, mas então, por que estes deveriam ser nacionais, e não civilizacionais, regionais, cantonais ou ainda de outros tipos? Hardt e Negri: a multidão é algo além de uma figura teológica, tal como seu prometido “êxodo” implica, e o “evento”, que instalará a democracia universal no lugar do império, não apenas algo milagroso? Arrighi: o império mundial, ou a sociedade de mercado mundial, poderiam representar o fim do capitalismo somente se a definição deste, dada por Braudel, como nada mais do que a esfera da alta finança – não do comércio ou da produção – gerada pela rivalidade entre os estados, fizesse sentido. Faz sentido? E acontece realmente o caso que a insurgência da força de trabalho mundial esteja aumentando a partir dos anos oitenta? Bull: um impasse entre o mercado globalizante e as reações populistas a ele implica que os dois tenham um peso equivalente e que nenhum dos dois avance às custas do outro: é isto que sugerem os últimos vinte anos? Se a versão atual do estado global (a hegemonia americana) está se dissolvendo, quem diz que não deva dar origem ao mosaico de poderes dos mercados regionais, delimitados por espaços civilizacionais, *a la* Huntington, antes que uma sociedade civil global, de mercado ou não?

Mas estes são pontos de vista de referência para discussão sobre o futuro. Eventuais argumentos contra eles requerem uma consistência equivalente.

■.....Antonio Negri é cientista social e filósofo. É autor, entre outras obras, de *Império* e *Multidão* (ambos em parceria com Michael Hardt); *Anomalia Selvagem* – poder e potência em Spinoza; *O poder constituinte* – ensaio sobre as alternativas da modernidade; *Kairòs, Alma Vênus, Multitudo*.